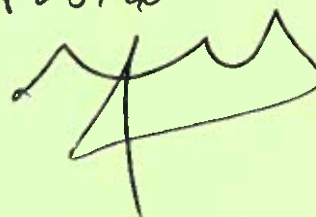


**23. PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO CIVINET –
ESPANHA E PORTUGAL:**

Do Sr. Vereador Miguel Bandeira, submetendo proposta de adesão do Município de Braga à Rede CIVITAS – CIVINET de Espanha e Portugal, que se anexa.

Ao Excmo Senhor

17-05-16



BRAGA
Município

Documento nº: I/59/DTM/2017

Data Registo: 16-05-2017

Assunto: Proposta de adesão do Município de Braga à Associação CIVINET - Espanha e Portugal

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Ismael Moreira

Endereço:

Utilizador: Filipa Corais (Arqt)

Destinatário: Miguel Mesquita (Eng)

Conhecimentos:

Data: 16-05-2017 15:57:40

Documento: I/59/DTM/2017

Remete-se proposta de adesão à associação CIVINET que tem como principais objetivos, a implementação de medidas no âmbito da Mobilidade Sustentável, a partilha de experiências e boas práticas entre as cidades parceiras e definir uma abordagem integrada nas políticas CIVITAS. Neste sentido, coloca-se à consideração superior a respetiva aprovação em reunião de câmara.

Ao Sr. Eng. Diretor.

foras

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Considerando a Senhora
Presidente que partilhando
a oportunidade para o
fortalecimento da política
do município no setor da
mobilidade, a reunião
de Câmara

16/5/2017



Remeter ao Sr. Vereador
Prop. Miguel Bandeira

Remete-se proposta de adesão
à associação CIVINET, que julga
nos de todo o interesse para o
município.

Devera ser remetida à reunião
de Câmara para aprovação.

16/5/2017



PROPOSTA DE ADESÃO À ASSOCIAÇÃO CIVINET — ESPANHA E PORTUGAL

1. Propõe-se a adesão do Município de Braga à Rede CIVITAS - CIVINET de Espanha e Portugal.
2. A iniciativa CIVITAS, lançada pela Comissão Europeia no ano 2000, apoia cidades europeias com vontade de introduzir e testar medidas ambiciosas e inovadoras para melhorar os transportes urbanos. De forma a atingir estes objetivos, as cidades combinam um conjunto de medidas coerentes que são especialmente selecionadas de acordo com o contexto local.
3. A Associação CIVINET Espanha e Portugal foi estabelecida como uma continuação do trabalho realizado no âmbito do projeto europeu financiado pela Direcção-Geral da Mobilidade da Comissão Europeia, CIVINET, desenvolvido desde dezembro de 2009, envolvendo a implementação e desenvolvimento de uma rede CIVITAS - CIVINET nos países de Espanha e Portugal, que reúne organizações públicas e privadas envolvidas na mobilidade sustentável.
4. A rede europeia (www.civitas.eu) existente envolve os dois países – Espanha e Portugal.
5. A constituição da Associação CIVINET – Espanha e Portugal melhora a comunicação entre os parceiros Civitas e a Comissão Europeia, nomeadamente na comunicação das estratégias e apoios financeiros para a implementação da mobilidade sustentável.
6. O nome CIVINET não está relacionado com as páginas web, chamado "Net", mas refere-se ao termo anglo-saxónico que significa "rede".
7. A Associação CIVINET – Espanha e Portugal tem como objetivos:
 - a. A troca de experiências e boas práticas sobre estratégias, políticas, planos e medidas para a mobilidade sustentável, bem como outros assuntos que possam ser de interesse para a rede, como o ambiente, planeamento urbano e implementação de medidas de poupança de energia, focando-se no desenvolvimento urbano sustentável;
 - b. Ao ter personalidade jurídica, proporcionar aos parceiros, o acesso a Projetos Europeus e servir como um recurso para as suas iniciativas;
 - c. Promover projetos europeus entre entidades ou da mesma associação.
 - d. Trabalhar para a mobilidade sustentável.
8. A adesão à Associação CIVINET – Espanha e Portugal é gratuita.

9. No seguimento do exposto, propõe-se:

- a. Que o Município de Braga seja membro da Associação CIVINET - Espanha e Portugal;
- b. Que os documentos "Estatutos da Associação" e "Declaração do CIVITAS Forum", em anexo, sejam analisados e aprovados em órgão próprio;
- c. Que o representante do Município com poderes de decisão seja o Sr. Vereador da Mobilidade, Professor Doutor Miguel Melo Bandeira.

Declaração do CIVITAS Forum

A iniciativa CIVITAS, lançada pela Comissão Europeia no ano 2000, apoia cidades europeias com vontade de introduzir e testar medidas ambiciosas e inovadoras para melhorar os transportes urbanos. De forma a atingir estes objectivos, as cidades combinam um conjunto de medidas coerentes que são especialmente seleccionadas de acordo com o contexto local.

Nós, representantes políticos locais eleitos das cidades participantes no CIVITAS Fórum, aqui declaramos o nosso compromisso de:

- **Introduzir** uma ambiciosa política de transportes urbanos sustentáveis, integrando medidas inovadoras, tecnologias e infra-estruturas.
- **Suportar e contribuir** para a realização dos objectivos da iniciativa CIVITAS.
- **Partilhar as nossas experiências** e aprender acerca das realizações e progressos das outras cidades, participando activamente no Fórum CIVITAS.

Temos como objectivo:

- **Conseguir** uma mudança significativa da distribuição modal em favor de modos de transporte sustentáveis.
- **Aumentar** o uso de veículos limpos e movidos a combustíveis alternativos.
- **Trabalhar** em parceria com outros para desenvolver e implementar as nossas políticas de transportes urbanos sustentáveis.
- **Seguir uma abordagem integrada adoptando** o maior número possível de categorias dos instrumentos e medidas do CIVITAS nas nossas políticas:

Instrumentos e medidas para desenvolver um sistema de transportes urbanos mais sustentáveis:

- Veículos mais limpos e combustíveis alternativos
- Organização e planeamento de transportes
- Uma abordagem integrada em relação à tarifificação dos transportes urbanos

Instrumentos e medidas de forma a melhorar o uso da infra-estrutura viária existente:

- Re-equilibrar o espaço urbano e restringir o acesso
- Sistemas de Informação e Gestão Inteligentes para Transportes
- Logísticas urbanas limpas

Instrumentos e medidas para promover o uso de modos alternativos de transportes:

- Transportes Públicos de alta qualidade
- Novas formas de usar o carro
- Promover a marcha a pé e andar de bicicleta
- Gestão da Mobilidade e sensibilização em relação ao transporte

Reconheço que a participação activa no CIVITAS Fórum inclui:

- A presença de um representante da cidade em todas as reuniões do CIVITAS Fórum,
- Ser construtivo e pro-activo na distribuição de informação acerca da iniciativa CIVITAS a nível local e nacional.
- Submeter uma comunicação com informação geral sobre a nossa cidade e as suas políticas de transportes, onde será igualmente incluído a forma como as categorias das ferramentas CIVITAS e as suas medidas serão implementadas e integradas na nossa cidade.

Em nome da Câmara Municipal,

Lugar

Data

Nome / Apelido / Cargo oficial / Lugar

Assinatura

Anexo administrativo da Declaração do CIVITAS FORUM

1. Câmara Municipal

Nome de registo e morada da Câmara Municipal:

2. Contacto

Nome e informação da pessoa contacto para quem toda a correspondência deve ser enviada:

Nome

Apelido

Cargo oficial

Morada

Tel.:

Fax:

E-mail:

Língua Língua mãe

Línguas estrangeiras

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO

REDE CIVINET Espanha e Portugal

CAPÍTULO I

NOME, FINALIDADE, ÂMBITO e ENDEREÇO

Artigo 1º. Sob o nome de Rede CIVINET Espanha e Portugal é constituída uma ASSOCIAÇÃO, ao abrigo da Lei Orgânica 1/2002, de 22 de março e normas complementares, com personalidade jurídica, plena capacidade para agir e sem fins lucrativos.

ANTECEDENTES

- A Associação é estabelecida como uma continuação do trabalho realizado no âmbito do projeto europeu CiViNET, financiado pela Direção Geral da Mobilidade da Comissão Europeia e desenvolvido desde dezembro de 2009. O projeto envolveu a implementação e desenvolvimento de uma rede CiViTAS nos países da Espanha e Portugal, que reúne organizações públicas e privadas envolvidas na promoção da mobilidade sustentável. O objetivo principal da associação será a melhoria das condições da mobilidade sustentável nas cidades membro, congregando o maior número possível de entidades interessadas.
- Desta forma, promove a iniciativa europeia CiViTAS (www.civitas.eu), principalmente nos dois países que estão incluídos na descrição.
- E assim, melhora a comunicação dos resultados obtidos pela iniciativa europeia CiViTAS entre os membros da rede, e por sua vez desses membros com a Comissão Europeia.
- O nome CiViNET nada a ver com as páginas web chamadas "Net" (dot net), mas refere-se ao termo anglo-saxão que significa "net" Rede. O objetivo final da Associação é que se constitua como uma rede.


Artigo 2º. Esta Associação é estabelecida por um período indefinido.

Artigo 3º. Os objetivos desta associação são os seguintes:

- A troca de experiências e boas práticas sobre estratégias, políticas, planos e medidas para a promoção da mobilidade sustentável, bem como outros assuntos que possam ser de interesse para a rede, como o meio ambiente, planeamento urbano e implementação de medidas de poupança de energia ou qualquer outra questão relacionada principalmente com desenvolvimento urbano sustentável;
- Atrair entidades (com personalidade jurídica) para serem parceiros, projetos europeus e servir como canal informativo para a divulgação de iniciativas no âmbito da mobilidade sustentável;
- Promover projetos europeus entre entidades ou na própria associação;
- Trabalhar para fomentar a prática da mobilidade sustentável.

Artigo 4º. Para cumprir esses objetivos, serão realizadas as seguintes atividades:

- Comunicação e informação aos seus membros sobre atividades relacionadas com a mobilidade sustentável a nível nacional, europeu ou internacional;

- 
- Organização de eventos relacionados com a mobilidade sustentável. Terá como principal objetivo a troca de experiências no campo da mobilidade sustentável, bem como a informação sobre novas tecnologias ou a apresentação de estratégias ou políticas postas em prática por entidades e/ou municípios;
 - Informações e realização de projetos europeus, focados na melhoria da mobilidade urbana sustentável, embora suscetível a outras questões referidas anteriormente;
 - Suporte para a preparação e realização de projetos europeus a membros ou entidades externas, se assim for decidido pelo Conselho de Administração e se forem estratégicos para a consecução dos objetivos da associação;
 - Implementação de projetos e atividades relacionadas principalmente com a mobilidade sustentável;
 - Promoção de acordos que espelhem a política e o pensamento seguidos pela Rede.

Artigo 5º. A Associação estabelece a sua sede em Burgos, Edifício CITUR, 1 º Andar, C/ Nuno Rasura n º 7, do CP. 09.003, no entanto, a Associação poderá reunir-se em qualquer outra cidade, como proposto nos termos estabelecidos nos estatutos.

A área geográfica para a realização das atividades será de âmbito nacional e internacional.

O acesso e participação na rede são gratuitos.

CAPÍTULO II ÓRGÃO REPRESENTATIVO

Artigo 6º. A Associação é gerida e representada por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-presidente, um secretário e vogais¹ a serem determinados, exercendo um deles a função de tesoureiro. Todos os cargos que compõem o Conselho de Administração não são remunerados. Eles serão nomeados e destituídos pela Assembleia Geral e o seu mandato terá a duração de dois anos, podendo alternar a Presidência e Vice-Presidência após o primeiro ano de seu mandato.

Artigo 7º. Estes podem solicitar a demissão voluntária, comunicada por escrito ao Conselho de Administração, por incumprimento das obrigações que lhe tinham sido confiados e/ou por termo do mandato.

Artigo 8º. Os membros do Conselho de Administração que tenham esgotado o período para o qual foram eleitos, continuam em função nos seus cargos até a data da aceitação do mesmo cargo pelo seu substituto.

Artigo 9º. O Conselho de Administração reúne-se sempre que seja determinado pelo seu Presidente e por iniciativa ou pedido de, pelo menos, 50% dos seus membros e com a frequência de, no mínimo, duas vezes por ano. A reunião só poderá efetuar-se quando estejam presente metade, mais um, dos seus membros e os seus acordos, para serem válidos, deverão de ser aprovados por maioria de votos. Em caso de empate, será conferido ao presidente o voto de qualidade.



CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 17º. A Assembleia Geral é o órgão supremo de gestão da Associação e será constituída por todos os membros.

Artigo 18º. A Assembleia Geral terá reuniões ordinárias e extraordinárias. A reunião ordinária será realizada uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao final do exercício; as extraordinárias serão realizadas quando circunstâncias extraordinárias a justificarem; a solicitação do presidente; quando seja acordada pelo Conselho de Administração ou quando proposta por 1/10 dos membros associados.

Artigo 19º. As convocatórias das Assembleias Gerais serão efetuadas por escrito indicando o local, dia e hora da reunião e a ordem do dia, com a indicação concreta dos assuntos a serem tratados. Entre a primeira convocatória e o dia designado para a realização da Assembleia devem decorrer pelo menos 15 dias, podendo a data e a hora em que a Assembleia se irá reunir ser indicada na segunda convocatória, não podendo entre uma e outra decorrer menos de uma hora.

Artigo 20º. As Assembleias Gerais, tanto as ordinárias como as extraordinárias, são consideradas válidas quando estejam presentes 1/3 dos seus membros com direito a voto na primeira convocatória e independentemente do número de membros votantes na segunda convocatória.

As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, quando os votos afirmativos superarem os negativos, não sendo elegíveis para este efeito os votos nulos, branco e as abstenções.

Será necessário uma maioria qualificada quando os votos afirmativos excederem metade dos presentes, para a votação das seguintes situações ²:

- a) Dissolução da entidade;
- b) Alteração dos Estatutos;
- c) Alienação ou venda de bens no ativo;
- d) Remuneração dos membros do órgão de representação.

Artigo 21º. Os poderes da Assembleia Geral são os seguintes:

- a) Aprovar a gestão do Conselho de Administração;
- b) Analisar e aprovar as contas anuais;
- c) Eleger os membros do Conselho de Administração;
- d) Fixar cotas regulares ou extraordinárias;
- e) Dissolver a associação;
- f) Alteração dos estatutos;
- g) Alienação e venda de bens;
- h) Aprovar, se for o caso, a remuneração dos membros dos órgãos representativos ³;
- i) Qualquer outra competência que não seja atribuída a outro órgão social.

Artigo 22º. Requerem o acordo da Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse efeito:

- a) As alterações dos estatutos;
- b) A dissolução da Associação.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 17º. A Assembleia Geral é o órgão supremo de gestão da Associação e será constituída por todos os membros.

Artigo 18º. A Assembleia Geral terá reuniões ordinárias e extraordinárias. A reunião ordinária será realizada uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao final do exercício; as extraordinárias serão realizadas quando circunstâncias extraordinárias a justificarem; a solicitação do presidente; quando seja acordada pelo Conselho de Administração ou quando proposta por 1/10 dos membros associados.

Artigo 19º. As convocatórias das Assembleias Gerais serão efetuadas por escrito indicando o local, dia e hora da reunião e a ordem do dia, com a indicação concreta dos assuntos a serem tratados. Entre a primeira convocatória e o dia designado para a realização da Assembleia devem decorrer pelo menos 15 dias, podendo a data e a hora em que a Assembleia se irá reunir ser indicada na segunda convocatória, não podendo entre uma e outra decorrer menos de uma hora.

Artigo 20º. As Assembleias Gerais, tanto as ordinárias como as extraordinárias, são consideradas válidas quando estejam presentes 1/3 dos seus membros com direito a voto na primeira convocatória e independentemente do número de membros votantes na segunda convocatória.

As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, quando os votos afirmativos superarem os negativos, não sendo elegíveis para este efeito os votos nulos, branco e as abstenções.

Será necessário uma maioria qualificada quando os votos afirmativos excederem metade dos presentes, para a votação das seguintes situações ²:

- a) Dissolução da entidade;
- b) Alteração dos Estatutos;
- c) Alienação ou venda de bens no ativo;
- d) Remuneração dos membros do órgão de representação.

Artigo 21º. Os poderes da Assembleia Geral são os seguintes:

- a) Aprovar a gestão do Conselho de Administração;
- b) Analisar e aprovar as contas anuais;
- c) Eleger os membros do Conselho de Administração;
- d) Fixar cotas regulares ou extraordinárias;
- e) Dissolver a associação;
- f) Alteração dos estatutos;
- g) Alienação e venda de bens;
- h) Aprovar, se for o caso, a remuneração dos membros dos órgãos representativos ³;
- i) Qualquer outra competência que não seja atribuída a outro órgão social.

Artigo 22º. Requerem o acordo da Assembleia Geral Extraordinária convocada para esse efeito:

- a) As alterações dos estatutos;
- b) A dissolução da Associação.

CAPÍTULO IV MEMBROS

Artigo 23º. Podem pertencer à Associação as entidades com personalidade jurídica e que tenham interesse no desenvolvimento dos objetivos da Associação. É da responsabilidade de cada uma das entidades a nomeação dos seus representantes na Associação.

Artigo 24º. Dentro da Associação, haverá as seguintes classes de membros:

- a) Fundadores: são aqueles que estão envolvidos no ato da constituição da Associação;
- b) De número: serão os que vão entrar após a constituição da Associação.

Artigo 25º. Os membros poderão deixar de pertencer à associação pelos seguintes motivos:

- a) Por renúncia voluntária, comunicada por escrito ao Conselho de Administração;
- b) Por incumprimento das suas obrigações.

Artigo 26º. Os membros têm os seguintes direitos:

- a) Participar em todas as atividades organizadas pela Associação;
- b) Disfrutar de todas as vantagens e benefícios decorrentes da sua participação na Associação;
- c) Participar na Assembleia e votar;
- d) Serem eleitores e elegíveis para cargos diretivos;
- e) Serem informados das decisões tomadas pelos órgãos da Associação;
- f) Fazer sugestões aos membros do Conselho de Administração no sentido de ajudar a alcançar os objetivos da Associação.

Artigo 27º. Os membros têm as seguintes obrigações:


- a) O cumprimento dos estatutos e acordos ratificados pelas Assembleias e Conselho de Administração;
- b) Participar nas assembleias e outros eventos que a Associação organize;
- c) Desempenhar, se for o caso, as obrigações inerentes ao cargo que ocupam.

Artigo 28º. Os membros honorários terão as mesmas obrigações que os fundadores. Possuem também os mesmos direitos, exceto os que constam das alíneas c) e d) do artigo 26º. Podem participar nas assembleias, no entanto não têm direito a voto.

Artigo 29º. Os recursos económicos previstos para o desenvolvimento dos objetivos e atividades da Associação são:

- a) As doações, legados ou heranças que poderão ser legalmente recebidas dos membros ou outras entidades públicas ou privadas;
- b) Qualquer outra ação legal como a implementação de projetos e outros trabalhos;
- c) A Associação é gratuita.

Artigo 30º. A Associação, no momento da sua fundação, carece de um fundo social ou Fundo Patrimonial.



Artigo 31º. O Exercício associativo e económico será anual e encerrará a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO V DISSOLUÇÃO

Artigo 32º. A Associação será voluntariamente dissolvida quando for decidido por uma Assembleia Geral Extraordinária convocada para o efeito, de acordo com as disposições do artigo 20º do presente estatuto.

Artigo 33º. Em caso de dissolução, será nomeada uma comissão de liquidação a qual, uma vez saldadas todas as dívidas e existindo ainda qualquer valor líquido, o utilizará para fins que não desvirtuem a natureza de Associação sem fins lucrativos, como por exemplo em outra associação também sem fins lucrativos e com objetivos semelhantes.

¹ Só os membros da Associação é que poderão fazer parte do Conselho de Administração. Para ser membro do Conselho de Administração deverá de ser maior de idade, estar em pleno uso dos seus direitos civis e não estar abrangido pelos motivos de incompatibilidade previstas na legislação em vigor (art.º 11.4.1 O 1/2002).

² Mínimos previstos no artigo 12º alínea d) LO 1/2002, portanto, poderão ser incluídos nas responsabilidades do Conselho de Administração, o acordo para formar uma Federação de Associações ou se integrar numa delas, etc.

³ Será necessário um acordo para efetuar alterações dos Estatutos e deverá constar das contas anuais aprovadas em Assembleia art.º 11.5 LO 1/2002.

DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

Em todos os casos não previstos no presente estatuto, aplica-se a Lei Orgânica 1/2002 de 22 de março que regula o direito de associação, e as disposições complementares.

Em _____, em _____ de _____, _____

(Assinaturas de todos os membros que figurem como outorgantes da Ata da Fundação. Devem também assinar na margem de cada uma das folhas do estatuto).

Ricardo Ro

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____

D. / D^{ña} _____